

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM INTERFACE COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE DE MATRÍCULAS

PROFESSIONAL EDUCATION IN INTERFACE WITH SPECIAL EDUCATION: ENROLLMENT ANALYSIS

FORMACIÓN PROFESIONAL EN INTERFAZ CON LA EDUCACIÓN ESPECIAL: ANÁLISIS DE REGISTROS

Waldísia Rodrigues de LIMA¹
Juliane Aparecida de Paula Perez CAMPOS²
Graciliana Garcia LEITE³

RESUMO: Embora as matrículas da educação regular tenham aumentado nos últimos anos para os estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) poucos estudos discutem como veem ocorrendo o acesso desses estudantes no âmbito da Educação Profissional. Assim sendo, esse artigo tem o objetivo de analisar as matrículas dos estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Profissional, nos níveis profissionalizante e técnico (integrado, concomitante e subsequente), a partir das Sinopses Estatísticas da Educação Básica, publicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Essa pesquisa será documental em abordagem qualitativa. Os resultados indicaram que houve um crescimento no número de matrículas dos estudantes público-alvo da Educação Especial, na Educação Profissional, no Brasil, considerando o período de 2011 a 2018. Pode-se afirmar que produzir pesquisas que tratem do diálogo entre as modalidades de ensino de Educação Especial e de Educação Profissional é instigante, pois permite a reflexão sobre o processo de inclusão educacional na Educação Profissional e entender a sua contribuição para a inclusão no trabalho. Sendo assim, esse estudo tem relevância ao estabelecer o diálogo entre a Educação Especial e a Educação Profissional, ainda pouco presente nas pesquisas nacionais.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Profissional. Sinopses Estatísticas.

ABSTRACT: *Although enrollment in regular education has increased in recent years for students targeting Special Education (PAEE), few studies discuss how these students are accessing vocational education. So this article has the objective was to analyse the enrollment of public students of the Special Education in Professional Education, at the*

¹ Doutora em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, Brasil. Pedagoga do Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Cubatão, Cubatão, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7153-3582>. E-mail: waldisiar@gmail.com. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4899507078393026>.

² Doutora em Educação Especial, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0789-808X>. E-mail: jappcampos@gmail.com. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3169299095370522>.

³ Doutoranda em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6330-2864>. E-mail: gracilianagl@gmail.com. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8318458556808830>.

professional and technical levels (integrated, concurrent and subsequent), based on the Basic Education Statistics Synopses, published by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). Documentary research with a quantitative and qualitative approach was used. The results indicated that there was an increase in the number of enrollments of public students of Special Education, in Professional Education, in Brazil, during the period from 2011 to 2018. It can be affirmed that the outcome of this research, that deals with the dialogue between teaching quality of the Special Education and Professional Education, is promising, as it emphasizes on the educational process of inclusion in Professional Education and its contribution to workplace inclusion. Therefore, this study has relevance in establishing the dialogue between Special Education and Professional Education, which still has a little present in national research.

Keywords: *Special Education. Professional education. Synopsis Statistic*

RESUMEN: *Aunque la inscripción en educación regular ha aumentado en los últimos años para los estudiantes que se enfocan en Educación Especial (PAEE), pocos estudios discuten cómo estos estudiantes están accediendo a la Educación Profesional. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo analizar los registros de los alumnos público objetivo que requieren Educación Especial en Educación Profesional, tanto en el nivel profesional como técnico (integrado, concomitante y posterior), de las Sinopsis Estadísticas de la Educación Básica publicadas por el Instituto Nacional de Educación. Estudios e Investigación Anísio Teixeira (INEP). Esta investigación será documentada con un enfoque cuantitativo y cualitativo. Los resultados indicaron que hubo un aumento en el número de registro los estudiantes público objetivo de requerir Educación Especial en Educación Profesional, en Brasil, considerado el período de 2011 a 2018. Se puede afirmar que la producir investigaciones que se ocupen del diálogo entre las modalidades de la enseñanza de Educación Especial y de Educación Profesional es estimulante, porque permite reflexionar sobre el proceso de inclusión educativa en la Educación Profesional y su comprender para la inclusión en el trabajo. Por lo tanto, este estudio tiene relevancia al establecer el diálogo entre Educación Especial y Educación Profesional, aunque poco representado en la investigaciones nacionales.*

Palabras clave: *Educación Especial. Educación Profesional. Sinopsis Estadísticas.*

Introdução

Embora as matrículas na educação regular tenham aumentando nos últimos anos para os estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE)⁴, poucos estudos discutem como vem ocorrendo o acesso desses estudantes no âmbito da Educação Profissional. Portanto, abordar como os programas de desenvolvimento profissional atualmente refletem a inclusão é uma oportunidade para discutir se o que determina a

⁴ A partir da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, são considerados estudantes público-alvo da educação especial aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2008).

legislação em relação ao acesso e a permanência no contexto da Educação Profissional está sendo implementada.

A Educação Profissional no Brasil iniciou-se em 1909, com cursos de nível primário, sob o gerenciamento do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, destinada às camadas da população e a formação de mão de obra trabalhadora (BRASIL, 2009). Posteriormente, outras legislações foram implementadas, com iniciativas voltadas para o ensino profissional de cunho técnico e industrial direcionadas para a formação de trabalhadores.

Com o avanço do discurso em relação a educação, enquanto direito social e inclusão social ganham novos delineamentos, surgem novas mudanças na política e na legislação. A exemplo disso, a Constituição Federal (1988) garantiu no artigo 205, a educação como direito de todos, “[...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A Educação Profissional, no Brasil, desde o seu início esteve imbricada por questões econômicas, sociais e políticas. E a partir de 1990, este fato foi nitidamente demarcado pelas políticas do Banco Mundial, com a liberação de recursos monetários para projetos educacionais nos países em desenvolvimento, como o Brasil (FRIGOTTO, 2001).

Pode-se afirmar que a discussão sobre as garantias legais para a inclusão de estudantes PAEE, na Educação Profissional, com uma perspectiva inclusiva, é recente. Porém, já havia sido prevista nas Diretrizes Nacionais da Educação Especial (2001), como um direito ao acesso à Educação Profissional na rede regular de ensino visando sua integração produtiva na sociedade, a ser efetivada por meio de adequações que garantiriam a “[...] preparação para o trabalho, de forma que seja viabilizado o acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais aos cursos de nível básico, técnico e tecnológico, bem como a transição para o mercado de trabalho” (BRASIL, 2001, p. 60).

Documentos internacionais elaborados pela UNESCO em 1994, como a Declaração de Salamanca que apresentou a necessidade dos governos de desenvolverem políticas de inclusão, indicou quais reformas deveriam ocorrer nos sistemas educacionais, assim como sugeriu mudanças para aprimorar a qualidade do ensino para todos os educandos, reiterando que todos as pessoas com deficiência têm direito à

escola regular sem nenhum tipo de discriminação. Além disso, a Declaração de Salamanca também prever ações no sentido de atender “a transição da educação para a vida adulta” e “para o trabalho” (UNESCO, 1994).

Outro importante documento internacional foi a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, realizada na ONU em 1999 – que reforçou o combate a qualquer tipo de discriminação com base na deficiência e a necessidade de igualdade dos direitos e liberdade fundamentais para todas as pessoas (ONU, 1999).

Na Educação Profissional houve uma reestruturação com o Decreto nº 5.154/2004, regulamentando o artigo 36 e artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996, dando novas diretrizes com a oferta de vagas oferecida nos Institutos Federais, considerando-se o contexto político, social, macroeconômico, demandas locais e regionais (BRASIL, 1996; BRASIL, 2004; FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Não há referência no decreto sobre a inclusão educacional de estudantes PAEE.

A partir dessas mudanças a Educação Profissional foi composta por um currículo que engloba estrutura integrada, concomitante e subsequente⁵. A integrada é oferecida aos estudantes concluintes do ensino fundamental, com a habilitação profissional técnica de nível médio, com matrícula única, cursada em uma mesma instituição educacional (BRASIL, 2004; ARAÚJO; WATANABE, 2019).

Já, no formato concomitante, os estudantes do Ensino Médio, também, poderiam cursar a educação profissional técnica de nível médio, com matrículas distintas para cada curso, conforme o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. (BRASIL, 2004).

Enquanto, que a Educação Profissional subsequente ocorre quando o estudante cursa a Educação Profissional após a conclusão do Ensino Médio (BRASIL, 2004).

⁵ Segundo o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, “[...] § 1ª A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004).

Um novo reforço se deu na direção da inclusão dos estudantes PAEE na Educação Profissional com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que definiu como direito o acesso à Educação Profissional dos estudantes público-alvo da Educação Especial, definindo-o essa possibilidade como “[...] a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social” (BRASIL, 2008).

Novas atitudes mais direcionadas para a inclusão no contexto da Educação Profissional surgiram com a Lei 12.513/2011. Cria-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e os cursos de Formação Continuada (BRASIL, 2011). O Pronatec estimulou o acesso às pessoas com deficiência na educação profissional e tecnológica, além de criar condições de acessibilidade para a participação plena no ambiente educacional, com adequações de equipamentos, materiais pedagógicos, currículos e na estrutura física.

Três anos depois da criação do Pronatec, o Governo Federal criou a Portaria nº 693/2014, que assegurou uma demanda de vagas às pessoas de programas e às pessoas com deficiência, estimulando e assegurando sua participação. Foi criado o Pronatec Viver Sem Limite que garantia que todas as vagas do programa poderiam “[...] ser acessadas por pessoas com deficiência, independentemente do ofertante, do curso e do tipo de deficiência, com atendimento prioritário na ocupação das vagas” (BRASIL, 2011; BRASIL, 2014).

Cabe destacar que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) já previa o direito à Educação Profissional dos estudantes público alvo da Educação Especial, definindo essa possibilidade como “[...] a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social” (BRASIL, 2008). Embora tenha ocorrido uma significativa reestruturação da Educação Profissional, no Brasil, com lei e decretos que impulsionaram novos itinerários formativos para os trabalhadores, Caiado; Meletti (2011), indicam o silenciamento semelhante sobre a Educação Especial e a Educação Profissional.

Essa ausência pode ser constada na plataforma CAPES⁶. Em buscas sobre a temática em relação às matrículas da Educação Profissional e PAEE, não foram notadas

⁶ A plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), disponibiliza para consulta o portal de periódicos de pesquisas científicas nacionais e internacionais no link - <http://www-periodicos-capes-gov.br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>

nenhuma pesquisa que discutissem sobre o assunto. As pesquisas encontradas giraram entorno da análise das matrículas da Educação Especial com foco na Educação Básica, Ensino Superior e principalmente sobre as matrículas nas escolas regulares e escolas especializadas, mesmo depois de dez anos de implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008; CRUZ; MARTINS, 2012; BRIDI; MEIRELLES, 2014; MELLETTI, 2014; LIMA; LAPLANE, 2016; CASTRO; DALL'ACQUA, 2016; MICHELS; LEHMKUHL, 2016).

Estudos sobre indicadores são relevantes para interpretação da realidade, monitoramento e a possibilidade de contribuir na orientação de formulação de políticas públicas. Em específico, o estudo dos Sinopses Estatísticas da Educação Profissional em interface com a Educação Especial, compõem parte da realidade educacional em vários quesitos: matrículas, níveis, modalidades, idade, tipos de deficiência, entre outros e contribui com o acompanhamento e monitoramento da educação, sendo possível analisar se as metas das políticas previstas para Educação Especial e Educação Profissional estão sendo cumpridas (BRASIL, 2008; JANNUZZI, 2012; BRASIL, 2014).

As sinopses estatísticas representam um conjunto de dados da educação brasileira, de caráter anual, disponibilizados para a consulta pública no site do INEP, contendo informações sobre número de matrículas de estudantes, número de professores, localização geográfica dessas matrículas em todos os níveis e modalidades. O INEP⁷ é uma autarquia federal com vínculo junto ao Ministério da Educação (MEC)⁸, e tem por missão subsidiar e formular políticas públicas no governo, no qual atua no censo educacional em vários níveis de sistematização. Em seu site o INEP disponibiliza o acesso aos dados das sinopses estatísticas, mediante consulta de livre acesso aos bancos de dados dos indicadores educacionais.

Com vistas a atender uma discussão crítica a respeito da interface Educação Especial e Educação Profissional, essa pesquisa tem como objetivo analisar as matrículas dos estudantes PAEE na Educação Profissional, nos níveis profissionalizante e técnico (integrado, concomitante e subsequente), a partir das Sinopses Estatísticas da

⁷ O portal institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) está disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sobre-o-inep/institucional> e registra-se sua história, finalidade, missão, entre outros aspectos sobre sua função nas políticas pública de educação.

⁸ O site do Ministério da Educação (MEC) encontra-se no Link: <https://www.gov.br/mec/pt-br> com informações sobre a política educacional brasileira, legislações, órgãos e entidades vinculadas.

Educação Básica, publicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no período de 2011 a 2018.

Método

Essa pesquisa consistiu em estudo documental qualitativo, tendo como fonte dos dados as Sinopses Estatísticas da Educação Básica disponibilizadas no *site* do INEP referente ao período de 2011 a 2018.

Pesquisa documental utiliza-se de materiais que ainda não receberam tratamentos analíticos ou que embora tenham sido analisados podem ser receber novas interpretações de acordo os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

Minayo *et al.* (2002) defendem que a pesquisa qualitativa responde às questões muito particulares e se ocupa com uma realidade que não pode ser quantificada, mas corresponde como “[...] um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 22).

A pesquisa utiliza-se de fontes primárias de informação como: documentos, legislações e de fontes secundárias a partir de sinopses estatísticas de matrículas e pesquisas científicas nacionais que abordaram a temática dos indicadores de matrículas de estudantes na educação básica e que contribuíram para a análise dos indicadores analisados nesta pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A coleta dos dados realizou-se no site do INEP foi realizado no mês de abril de 2020 nas seções de planilhas das sinopses estatísticas da Educação Básica, nos dados das modalidades Educação Especial e Educação Profissional, em sequência de anos a partir de 2011 até 2018. Posteriormente, esses dados foram registrados em planilhas eletrônicas por meio de bancos de dados das pesquisadoras contendo: número de matrículas nas classes comuns, classes exclusivas e regiões e analisados.

Resultados e discussões

As Sinopses Estatísticas indicam que, a partir de 2011, surgem os primeiros registros de matrículas de estudantes PAEE na Educação Profissional e nota-se crescimento dessas matrículas na Educação Profissional, embora com pouca

expressividade. Esse período coincide com as políticas de cotas implantadas em 2016, que possibilita a inserção de pessoas com deficiência nessa modalidade de ensino.

As Tabelas 1, 2, 3 e 4 a seguir, apresentam as matrículas dos estudantes público-alvo da Educação Especial em interface com a Educação Profissional.

Tabela 1 - Número de matrículas na Educação Especial em classes exclusivas e/ou classes comuns na Educação Profissional.

Ano	Total	Escolarização Integrada	Concomitante/FIC	Subsequente
2018	11.596	5.923	2.293	3.380
2017	8.275	4.320	1.545	2.410
2016	7.340	3.288	2.172	1.880
2015	7.252	2.799	2.260	2.193
2014	6.769	2.363	2.367	2.039
2013	6.003	2.036	2.586	1.381
2012	5.588	1.910	2.074	1.604
2011	5.053	1.604	1.883	1.566

Fonte: Tabela adaptada pelas autoras, a partir das Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2018).

Percebe-se que houve um crescimento no número total de estudantes público-alvo da Educação Especial, matriculados na Educação Profissional de 2011 a 2018. Em 2011 o número de matriculados na Educação Profissional era de 5.053, passando a ser 11.596 em 2018, representando um crescimento de 43,59%.

Esse aumento no número de matrículas coincide com a reestruturação das políticas da Educação Profissional de 2004 a 2011. Em geral essas políticas preconizaram a ampliação do número de vagas, parcerias entre os entes federados – Estados, Municípios, Federal, Distrito Federal e organismos não governamentais, que promoveu o retorno a escolarização de estudantes que estavam fora dos sistemas de ensino e em 2011 com a aprovação da Lei nº 12.513/2011 que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com a criação dos cursos de Formação Continuada (FIC), ampliou ainda mais, o número de vagas na Educação Profissional (BRASIL, 2011).

Tabela 2 - Número de Matrículas na Educação Especial em Classes Comuns na Educação Profissional.

Ano	Total	Escolarização Integrada	Concomitante/FIC	Subsequente
2018	10.931	5.856	1.895	3.180
2017	7.611	4.225	1.161	2.225

2016	6.404	3.210	1.328	1.866
2015	6.172	2.682	1.434	2.056
2014	5.172	2.311	1.456	1.743
2013	4.456	1.981	1.205	1.270
2012	3.984	1.844	983	1.157
2011	3.028	1.528	491	1.009

Fonte: Tabela adaptada pelas autoras, a partir das Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2018).

Os dados da Tabela 2 sinalizam um crescimento no número total de estudantes público-alvo da Educação Especial, matriculados na Educação Profissional nas classes comuns, tiveram um avanço de 2011 a 2018. Em 2011, o número de matriculados na Educação Profissional era de 3.028 e passa a 10.931, em 2018, representando um crescimento de 27,70 %.

Tabela 3 - Número de Matrículas na Educação Especial em Classes Exclusivas na Educação Profissional.

Ano	Total	Escolarização Integrada	Concomitante/ FIC	Subsequente
2018	665	67	398	200
2017	661	95	384	185
2016	936	78	844	14
2015	1.080	117	826	137
2014	1.259	52	911	296
2013	1.547	55	1.381	111
2012	1.604	66	1.091	447
2011	2.025	76	1.392	557

Fonte: Tabela adaptada pelas autoras, a partir das Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2018).

Quanto à Tabela 3, sintetiza-se as matrículas dos estudantes da Educação Especial na Educação Profissional em Classes Exclusivas, e indica que há um decréscimo dessas matrículas, e nos faz refletir como a implantação das políticas de inclusão educacional vem ocorrendo, uma vez que, ainda não conseguiu eliminar totalmente o funcionamento das classes exclusivas na Educação Profissional.

É notório que ainda há estudantes público-alvo da Educação Especial, matriculados em classes exclusivas, mostrando que em parte, é um desafio para a política nacional de inclusão educacional, incluir todos os estudantes público-alvo da Educação Especial em classes regulares na Educação Profissional. Portanto, ainda há a

necessidade de acompanhamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) para que ocorra em consonância como está definido na política educacional.

Tabela 4 - Número de matrículas na Educação Especial em classes exclusivas e/ou classes comuns na Educação Profissional por região administrativa.

Ano	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro Oeste
2018	1.020	3.359	2.817	3.356	1.044
2017	835	2244	2098	2.464	634
2016	810	1.864	1.729	2.133	804
2015	739	1.893	1.532	2.232	856
2014	772	1.513	1.330	2.342	812
2013	969	1.182	1.341	1.846	665
2012	751	1.166	1.147	1.850	674
2011	616	1.179	1.046	1.578	634

Fonte: Tabela adaptada pelas autoras, a partir das Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2018).

A Tabela 4 indica que as regiões que houve um crescimento maior de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Profissional, foram as regiões Nordeste e Sudeste, seguidas da região Sul, Centro-Oeste e Norte.

Nota-se que foi possível perceber um crescimento no número das matrículas nos indicadores de 2011 a 2018 nas sinopses estatísticas, porém, anterior a esse período de 2000 a 2010, não houve registro. Sendo assim não há como proceder uma análise comparativa anterior a 2010.

Em síntese, pode-se afirmar que houve evolução no número de matrículas da Educação Especial em interface com a Educação Profissional, no período de 2011 a 2018. E esse número de matrículas foi maior nas classes comuns, indicando que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) está se estabelecendo, enquanto processo inclusivo na Educação Profissional. Porém, embora seja em um número menor, ainda há a existência de matrículas de estudantes do público-alvo da Educação Especial em classes exclusivas na Educação Profissional, indicando que, ainda, há um caminho a ser percorrido, para que a inclusão educacional, no Brasil, ocorra em consonância com as políticas nacionais e internacionais.

Em virtude da escassez de pesquisas com essa temática, sugere-se a necessidade de novas pesquisas de acompanhamento que envolvam essa área, afinal, estudos sobre

os indicadores de matrículas da inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Profissional pode contribuir na compreensão de como esse processo está ocorrendo ao longo dos anos e como se dá essa evolução de matrículas.

Além disso, o cotejamento dos dados de matrículas indica que existe um aumento de estudantes matriculados ano a ano, na Educação Profissional. Porém, assim como estudo da Caiado e Meletti (2011), a comparação aponta um silenciamento nas pesquisas sobre a inclusão de estudantes da Educação Especial no Campo, nota-se que o mesmo ocorre com a inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Profissional.

A falta de indicadores de 2000 a 2010 na plataforma de pesquisa dos indicadores no INEP, já denotam um descaso com as pessoas com deficiência quando não se registra os indicadores deste período ou mesmo não se produziu qualquer nota sobre a falta desses dados no INEP. Embora seja relevante a discussão sobre esses os indicadores como instrumento de monitoramento da educação e de políticas, logo a investigação acadêmica, pode vir a contribuir com a análise crítica desse silenciamento e os “[...] diferentes fenômenos sociais” que advém deste silenciamento” (JANUZZI, 2012, p. 22).

A pesquisa traz dados que indicam o crescimento de matrículas da Educação Especial na Educação Profissional em todas as regiões brasileiras, com maior destaque para a região nordeste e sudeste. Um contributivo para esse aumento na região sudeste, a partir de 2011, pode estar relacionado com a criação de novos câmpus no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e a ampliação de vagas na Educação Profissional no Estado de São Paulo. Essa política de expansão ocorreu em todo o Brasil ampliando as vagas de Educação Profissional e Tecnológica “[...] nos últimos dez anos dez anos, por meio da criação dos IFs (Institutos Federais), tem colocado na pauta de discussões no campo educacional algumas questões a respeito dessa modalidade de ensino” (LINKOWSKI; CAMPOLIN; RAYMUNDO, 2020, p. 302).

Também houve mudança em 2016 quanto a política de cotas com a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que favoreceu a inclusão das pessoas deficiência com o direito ao acesso a essas vagas, antes não permitida na antiga legislação, quando dispôs sobre “sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino” (BRASIL, 2016).

Outra hipótese explicativa para esse crescimento de matrículas dos estudantes do PAEE na Educação Profissional pode estar relacionada a criação do Pronatec e dos programas na Educação Profissional, como o “Brasil sem Limite”. As criações desses programas impactaram favoravelmente na criação de novos cursos e a ampliação de vagas com a inclusão prioritária de vagas destinadas ao PAEE, a partir de 2016, por meio de cotas, a partir de 2016 nas instituições e nas instituições parceiras do governo federal em nível estadual, municipal e no sistema S (BRASIL, 2011; BRASIL, 2014; MACHADO; FERREIRA, 2010).

Considerações finais

A análise das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Profissional tem se ampliado, todavia os resultados se mostram ainda pouco expressivos se comparados ao número de matrículas da Educação Básica no ensino regular. Houve certas limitações neste estudo, pois a falta de dados anterior a 2010 no INEP não nos dá uma indicação clara sobre o número de pessoas com deficiência matriculadas na Educação Profissional. Dessa forma, isso pode ser alarmante, pois a causa é desconhecida.

A escassez de informações referentes as matrículas envolvendo a inclusão educacional na Educação Profissional, demanda de novas pesquisas. É necessário que haja um aprofundamento nos fatores em relação ao acesso e a divulgação aos dados demográfico, que poderia auxiliar na compreensão dos possíveis entraves que impedem esses estudantes ao acesso à Educação Profissional.

Após mais de 20 anos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ainda identificamos que os estudantes PAEE encontram barreiras no acesso nos níveis mais elevados ensino, como na Educação Profissional, nos níveis profissionalizante e técnico no Ensino Médio, podem indicar fatores que dificultam o seu processo de escolarização.

Referências

ARAÚJO, Alan Jhone Carvalho de, WATANABE, Carolina Yukari Veludo. Desafios na democratização da educação técnica brasileira. *EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 6, n° 16, p. 364-388, out/dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2019.4502>.

Disponível em:

<https://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4502/3109>

Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecialpdf>. Acesso em: 08 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 01 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB, nº 2 de 2001**, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019

BRASIL. **Decreto, nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.513/2011 de 26 de outubro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 693, de 25 de novembro de 2014**. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/11/2014&jornal=1&pagina=7&totalArquivos=112>. Acesso em: 08 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza; MEIRELLES, Melina Chassot Benincasa. Atos de ler a educação especial na educação infantil: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 745-769, jul./set. 2014.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S2175-62362014000300007>.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

Acesso em: 10 set. 2019.

CAIADO, Katia Regina Moreno; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 17, p. 93-104, mai./ago. 2011.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382011000400008>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v17nspe1/08.pdf>.

Acesso em: 10 set. 2019.

CASTRO, Vanessa Dias Bueno; DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Inclusão escolar no Nordeste: o que revelam os dados do censo escolar entre 2009 e 2013.

Interfaces da Educação, Paranaíba, v. 7, n. 19, p. 251-274, jun. 2016.

DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v7i19.1036>.

Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1036/962>.

Acesso em: 10 set. 2019.

CRUZ, Rosângela Aparecida Silva da; MARTINS, Larissa de Souza. Indicadores de acesso e de permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais ao ensino fundamental no estado de São Paulo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 7, n. 1, p. 108 -122, out. 2012.

DOI: 10.21723/riaee.v7il.5372.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5372>.

Acesso em: 10 set. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001. ISSN 0102.5473. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 10 set. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez. 2005.

GIL, Carlos Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica. 2011**. Brasília: Inep, 2012. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 16 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica. 2012**. Brasília: Inep, 2013. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 16 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica. 2013**. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 16 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica. 2014.** Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 16 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica. 2015.** Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 16 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica. 2016.** Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 16 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica. 2017.** Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 16 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica. 2018.** Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 16 set. 2019.

JANNUZZI, Paulo Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas e elaboração de estudos socioeconômicos.** Campinas: Alínea Editora, 2012.

LIMA, Stéfanie Melo; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Escolarização de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 2, p. 269-284; 2016.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000200009>.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000200269&lng=pt&tlng=pt.

Acesso em: 10 set. 2019.

LINKOWSKI, Juliete Alves dos Santos; CAMPOLIN, Luciane da Costa; RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. Docência para Educação Profissional e Tecnológica: aproximando diálogos. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 7, p. 300-314, jan/dez, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2020.4101>.

Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4101>.

Acesso em: 28 fev. 2020.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Celia Tanajura; FERREIRA, Liliana Soares. Políticas de gestão e financiamento da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: uma análise das matrículas no censo escolar/INEP e a sua relação com os programas Brasil Profissionalizado e Pronatec. **Revista Plurais**, Salvador, v. 4, n. 3, p. 93-113, set./dez. 2010.

DOI: [10.29378/plurais.2447-9373.2019.v4.n3.93-113](https://doi.org/10.29378/plurais.2447-9373.2019.v4.n3.93-113).

Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/7784>.
Acesso em: 10 set. 2019.

MICHELS, Maria Helena; LEHMKUHL, Márcia de Souza. Política de inclusão ou manobra de publicização? **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. 1, p. 855-859, ago. 2016.

DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12342>.

Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12342>

Acesso em: 10 set. 2019.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Indicadores educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 789-809, set. 2014.

DOI: https://doi.org/10.1590/S2175-62362014000300009_

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000300009&lng=pt&tlng=pt.

Acesso em: 10 set. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa Social: teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ONU. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência (1999) – Convenção de Guatemala**. Disponível em:

[https://www.ohchr.org/EN/Issues/Education/Training/Compilation/Pages/6Inter-AmericanConventionontheEliminationofAllFormsofDiscriminationagainstPersonswithDisabilities\(1999\).aspx](https://www.ohchr.org/EN/Issues/Education/Training/Compilation/Pages/6Inter-AmericanConventionontheEliminationofAllFormsofDiscriminationagainstPersonswithDisabilities(1999).aspx). Acesso em: 10 ago. 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994**. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Enviado em: 10/09/2020.

Aceito em: 11/01/2021.

Publicado em: 10/08/2021.